



**Kepler Weber S.A.**  
(Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa Postal 199  
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000  
Fax 55 (51) 3303-6001  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Kepler Weber S.A.  
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kepler Weber S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Kepler Weber S.A. 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Kepler Weber S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2



DFs\_KW\_4T12  
Versão Final.xlsx

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, no que se refere às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

### 2 Entidades da companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada, estabelecida no Brasil e a seguir relacionada:

Em 31 de julho de 2012 foram encerradas as atividades da controlada Kepler Weber Peças e Serviços Ltda., conforme Distrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 3688525.

	Porcentagem da Participação	
	Dez/2012	Dez/2011
Kepler Weber Industrial S.A.	100%	100%
Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	-	99,9975%

### 3 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2013.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Custo atribuído do ativo imobilizado e propriedades para investimento na data de transição em 1º de janeiro de 2009.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 17 - Propriedades para investimento**

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 14 - Impostos diferidos
- Notas 17 e 18 - Propriedades para investimento e vida útil econômica de bens do ativo imobilizado
- Nota 26 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

**d. Mudança nas políticas contábeis**

***Compensação de imposto de renda diferido ativo contra imposto de renda diferido passivo***

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia alterou sua interpretação das normas aplicáveis e passou a apresentar os saldos de impostos ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos, por seus valores líquidos, de acordo com a alínea (b) do item 74 do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, que determina a compensação de ativos e passivos diferidos lançados pela mesma autoridade fiscal em relação à mesma entidade.

A Companhia reclassificou as demonstrações financeiras comparativas para manter a comparabilidade, mas entende que a mudança de tal política contábil não teve um impacto

material sobre as demonstrações financeiras comparativas. A demonstração detalhada dos saldos atuais e comparativos está contida na nota explicativa 14.

#### **4 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais, consolidadas e pelas controladas.

##### **a. Base de consolidação**

###### **i. Controladas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

###### **ii. Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

##### **b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das entidades da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

##### **c. Instrumentos financeiros**

###### **i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro



são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas e títulos e valores mobiliários.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras retidas não atendem à definição de equivalentes de caixa por terem sido dadas em garantia de fianças bancárias.

#### *Títulos e valores mobiliários (ativos financeiros disponíveis para venda)*

Títulos e valores mobiliários foram classificados como disponíveis para venda e segregados de acordo com seus vencimentos originais. Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

## **ii. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **iii. Capital social**

#### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### *Ações preferenciais*

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia.

A Companhia possuía ações preferenciais de duas classes: A e B, até a conclusão do processo de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, cuja homologação junto à BM&F Bovespa ocorreu no dia 07 de março de 2012, quando foi concluído o processo aprovado pela Assembleia Geral da Kepler Weber realizada em 25 de outubro de 2011, em segunda convocação.

A referida conversão foi exercida durante o período de 30 dias, contados de 31 de janeiro de 2012. A faculdade de conversão mencionada foi realizada mediante antecipação do resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B” pelo preço do resgate, calculado na forma do parágrafo 4º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia vigente naquela data.

Os acionistas titulares de ações preferenciais de classes “A” e “B”, cujas ações tenham sido adquiridas até 27 de julho de 2011, inclusive, e que dissentirem das deliberações das respectivas Assembleias Especiais tiveram o direito de se retirarem da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações. O reembolso pôde ser reclamado pelos acionistas dissidentes no prazo de 30 dias, contados a partir 31 de janeiro de 2012, data de publicação das atas das Assembleias Especiais.

O valor de reembolso das ações preferenciais de classes “A” e “B” de emissão da Companhia para os acionistas dissidentes foi calculado pelo valor de patrimônio líquido constante do balanço levantado em 31 de dezembro de 2010 e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2011, e montou o total de R\$ 0,2052 por ação.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

**iv. Instrumentos financeiros compostos**

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia abrangem debêntures conversíveis que podem ser convertidas em capital a critério do titular, e o número de ações a ser emitido não varia com as mudanças em seus valores justos.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Eventuais custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivos e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após reconhecimento inicial.

Juros, perdas e ganhos relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. As distribuições feitas para acionistas são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de qualquer benefício fiscal.

**v. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**d. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia e sua controlada optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii. *Reclassificação para propriedade para investimento***

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento. A Companhia e sua controlada adotam a política de manter o método do custo ou custo atribuído para mensuração das propriedades para investimento.

**iii. *Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iv. *Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- |                               |             |
|-------------------------------|-------------|
| • Edificações e benfeitorias  | 50 anos     |
| • Máquinas e equipamentos     | 25 anos     |
| • Móveis e utensílios         | 10 anos     |
| • Equipamentos de informática | 5 anos      |
| • Outros equipamentos         | 5 a 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e. Ativos intangíveis**

**i. Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, caso aplicável, perdas por redução ao valor recuperável.

**ii. Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

**iii. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iv. Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- |   |        |
|---|--------|
| • Custos de desenvolvimento capitalizados | 5 anos |
| • Softwares                               | 5 anos |

**f. Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedade para investimento é mensurada pelo custo ou custo atribuído.

Custos incluem despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada anteriormente no item (d) Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando a mesma é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

**g. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**h. Redução ao valor recuperável de ativos**

**i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua

controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e sua controlada utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

**i. Ativos mantidos para venda**

Os ativos não circulantes, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e sua controlada. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e sua controlada. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Intangíveis e imobilizado quando classificados como mantidos para venda não são amortizáveis ou depreciáveis.

**j. Benefícios a empregados**

**i. Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

**ii. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**l. Receita operacional**

**i. Venda de bens**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.



**ii. Serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

**iii. Receita de aluguel**

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

**m. Subvenção governamental**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e sua controlada irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia e sua controlada por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

**n. Pagamento de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

***Determinando se um contrato contém um arrendamento***

No começo de um contrato a Companhia e sua controlada definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito a Companhia e sua controlada de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia e sua controlada separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

**o. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos ou juros sobre

capital próprio recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

**p. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório (“RTT”), pela Companhia e sua controlada, facultativo nos exercícios anteriores em 2008 e 2009 e obrigatório a partir do ano-calendário 2010, conforme Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09 que converteu a Medida Provisória nº 449/08. Os efeitos fiscais temporários, quando aplicável, gerados por RTT estão apurados e apresentados no imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**q. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. O cálculo do resultado por ação foi ajustado conforme grupamento de ações na ordem 50/1 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de Julho de 2012.

**r. Segmento operacional**

Um segmento operacional é um componente da Companhia e sua controlada que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e sua controlada. A Administração da Companhia considera todas as operações da Companhia e sua controlada em um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho.

Outras informações, como informações sobre produto e serviço, informações sobre área geográfica e informações sobre os principais clientes são divulgados conforme requeridos no CPC 22 e IFRS 8.

**s. Demonstrações do valor adicionado**

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

**t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Alterações ao IAS 19 - benefícios a empregados
- IFRS 09 - instrumentos financeiros

- IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS 11 - acordos em conjunto
- IFRS 12 - divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- IFRS 13 - mensuração de valor justo

A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis e, até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras, não identificou efeitos relevantes pela adoção de tais normas.

## **5 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **a. Derivativos**

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas nos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

### **b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

## **6 Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### **a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e sua controlada de clientes e de outros créditos.

##### *Contas a receber de clientes e outros créditos*

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, produtores agrícolas, ou pessoa jurídica, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos quando aplicável.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e sua controlada garantem que possuem saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**i. Risco de taxa de câmbio**

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

**ii. Derivativos**

A Companhia e sua controlada possuem política de eliminação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, conforme demonstrado na nota explicativa 27.

**iii. Risco de taxa de juros**

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI, TJLP e Cesta de Moedas (UMBND).

**iv. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

v. ***Exposição a preços de matéria prima***

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional.

Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

d. ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e sua controlada para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

**e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada realizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

<b>Controladora</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Total do passivo	107.041	129.074
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(6.774)	(3.168)
Menos: aplicações financeiras retidas - não circulante	(3.965)	(3.657)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>96.302</b>	<b>122.249</b>
Total do patrimônio líquido (B)	320.973	296.913
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (A/B)	30%	41%
<b>Consolidado</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Total do passivo	266.928	338.064
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(61.100)	(167.711)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(9.605)	(9.308)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(30.848)	-
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(19.223)	-
Menos: aplicações financeiras retidas - não circulante	(3.965)	(3.657)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>142.187</b>	<b>157.388</b>
Total do patrimônio líquido (B)	320.973	296.913
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (A/B)	44%	53%

## **7 Informações por segmento**

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

**a. Informações sobre produtos e serviços (consolidado)**

A receita para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:



	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Armazenagem	285.448	288.217
Armazenagem especial	23.018	25.861
Exportações	95.528	92.351
Peças e serviços	20.447	15.697
<b>Total</b>	<b>424.441</b>	<b>422.126</b>

**b. Informações geográficas**

Todos os ativos da Companhia e sua controlada estão localizados no Brasil. As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Mercado doméstico	331.751	329.775
América do Sul	78.356	74.953
América do Norte	3.504	9.663
África	2.211	5.403
América Central	4.697	2.102
Ásia	848	226
Europa	3.074	4
<b>Total</b>	<b>424.441</b>	<b>422.126</b>

**c. Informações sobre principais clientes**

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 7,05%, montando em R\$ 29.907 (2011: 4,53% e R\$ 19.259) do total das receitas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total da Companhia e sua controlada.

**8 Ativos mantido para venda**

Os ativos líquidos da operação Inox foram classificados como ativo mantido para venda, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Ativo imobilizado	-	1.573
	<b>-</b>	<b>1.573</b>

Em 31 de maio de 2012, a Controlada Kepler Weber Industrial S.A. alienou todos os ativos relativos a esta operação.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Caixa e bancos	16	15	1.233	979
Aplicações financeiras	6.758	3.153	59.867	166.732
	<b>6.774</b>	<b>3.168</b>	<b>61.100</b>	<b>167.711</b>

Circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Aplicações financeiras retidas	-	-	9.605	9.308
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.605</b>	<b>9.308</b>

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Aplicações financeiras retidas	3.965	3.657	3.965	3.657
	<b>3.965</b>	<b>3.657</b>	<b>3.965</b>	<b>3.657</b>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada não possuem restrições para uso.

### Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas à prestação de fianças, conforme mencionado abaixo.

			Controladora		Consolidado	
			Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
CDB	20,0%	CDI	372	1.543	18.360	5.793
CDB	100,0%	CDI	4.011	5.267	5.494	5.616
CDB	100,2%	CDI	6.340	-	33.794	7.379
CDB	100,5%	CDI	-	-	-	14.656
CDB	100,8%	CDI	-	-	-	5.640
CDB	101,0%	CDI	-	-	-	19.928
COMPROMISSADA	101,0%	CDI	-	-	-	10.146
CDB	101,1%	CDI	-	-	-	2.083
CDB	101,2%	CDI	-	-	-	4.151
CDB	101,5%	CDI	-	-	-	9.642
COMPROMISSADA	101,5%	CDI	-	-	-	8.754
COMPROMISSADA	101,8%	CDI	-	-	9.605	-
CDB	102,0%	CDI	-	-	209	36.141
COMPROMISSADA	102,0%	CDI	-	-	5.975	14.014
CDB	102,1%	CDI	-	-	-	7.956
CDB	103,0%	CDI	-	-	-	7.145
COMPROMISSADA	103,0%	CDI	-	-	-	6.010
CDB	103,5%	CDI	-	-	-	9.308
CDB	105,0%	CDI	-	-	-	1.530
CDB	110,0%	CDI	-	-	-	3.805
<b>Total</b>			<b>10.723</b>	<b>6.810</b>	<b>73.437</b>	<b>179.697</b>

A aplicação financeira de R\$ 9.605, registrada no circulante, refere-se à garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Itaú S.A. junto ao FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos.

A aplicação financeira, registrada no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.965 (R\$ 3.657 em 2011), está vinculada a garantia de prestação de fiança, junto ao Banco do Brasil.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 27.

## 10 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia e são administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como “Disponíveis para venda”.

Os títulos disponíveis para venda referem-se principalmente a investimentos em debêntures e certificados de depósitos bancários com prazos de vencimentos superiores a 90 dias. A classificação entre o ativo circulante e o não circulante leva em consideração os prazos de vencimento originais dos títulos. A Administração classificou estes títulos como disponíveis para venda por não se enquadrarem nas definições de “mantidos até o vencimento” ou “mantidos para negociação”.

Circulante			Consolidado	
	Vencimento	Taxa	Dez/2012	Dez/2011
Debêntures	17/12/2013	104,8% CDI	7.010	-
Debêntures	23/12/2013	105,8% CDI	4.706	-
LF-DI CDIE	29/11/2013	108,5% CDI	2.826	-
MASTER CASH FIREF	(*)	100,6% CDI	3.575	-
CDB I FIQ RF CP	(*)	101,8% CDI	12.731	-
			<b>30.848</b>	<b>-</b>

Não Circulante			Consolidado	
	Vencimento	Taxa	Dez/2012	Dez/2011
Debêntures	26/12/2014	103,0% CDI	4.705	-
CDB-DI CDIE	24/11/2017	100,1% CDI	4.706	-
DPGE CDIE	15/12/2014 a 09/12/2015	113,5% CDI	5.006	-
LF-DI CDIE	22/12/2014	107,1% CDI	4.806	-
			<b>19.223</b>	<b>-</b>

(\*) Tratam-se de aplicações financeiras retidas sem vencimento fixo contratual, com disponibilidade imediata de resgate.

As aplicações em títulos e valores mobiliários via fundo de investimento exclusivo foram efetuadas em data próxima ao encerramento do exercício não ocasionando mudanças relevantes nos valores justos reconhecidos inicialmente.

## 11 Contas a receber de clientes - circulante e não circulante

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
<b>Circulante</b>				
Clientes a receber - mercado interno	-	-	45.022	42.942
Clientes a receber - exterior	-	51	6.127	7.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(51)	(563)	(406)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(41)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.586</b>	<b>49.739</b>

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
<b>Não circulante</b>				
Clientes a receber - mercado interno	-	-	-	2.543
Ajuste a valor presente	-	-	-	(163)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.380</b>

O ajuste a valor presente é calculado para as operações de longo prazo, utilizando como base a diferença entre a taxa de correção por inflação considerada contratualmente nas operações e a taxa total de juros projetada pela administração considerando as características da operação apresentada.

A taxa utilizada pela Companhia para operação de longo prazo objeto de ajuste a valor presente é calculada com base na diferença entre a taxa média pós fixada de outras operações financeiras de longo prazo contratadas pela Companhia e projeção de índice de correção monetária prevista contratualmente, por inflação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 esta taxa foi apurada em aproximadamente 4,65%.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
<b>Valores vencidos</b>				
Até 30 dias	-	-	3.334	5.356
31 a 60 dias	-	-	2.051	1.417
61 a 90 dias	-	-	1.342	3.133
91 a 120 dias	-	-	1.765	52
121 a 150 dias	-	-	58	16
151 a 180 dias	-	-	414	17
mais de 181 dias	-	51	1.595	954
	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>10.559</b>	<b>10.945</b>
<b>A vencer</b>				
Até 30 dias	-	-	9.239	16.820
31 a 60 dias	-	-	15.989	8.307
61 a 90 dias	-	-	5.335	4.224
91 a 120 dias	-	-	4.405	3.128
121 a 150 dias	-	-	2.069	2.401
151 a 180 dias	-	-	1.577	605
mais de 181 dias	-	-	1.976	6.299
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.590</b>	<b>41.784</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(51)	(563)	(406)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(204)
<b>Total Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.586</b>	<b>52.119</b>

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos, 80% são de títulos vencidos até 120 dias e inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada, e estão relacionados a clientes que possuem um bom histórico de pagamento.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 27.

## 12 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Produtos acabados	35.285	37.368
Produtos em elaboração	11.294	4.988
Matérias-primas	42.763	36.812
Provisão para perdas	(4.031)	(4.714)
<b>Total</b>	<b>85.311</b>	<b>74.454</b>

A Companhia e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A. constitui provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 31).

## 13 Impostos a recuperar

<b>Circulante</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7.094	7.200
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	2.413	5.301
PIS/COFINS a recuperar	2.136	115
REINTEGRA - Decreto 7633/11	3.308	508
Outros	111	2
<b>Total</b>	<b>15.062</b>	<b>13.126</b>

<b>Não circulante</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	961	13.781
PIS/COFINS a recuperar	1.819	1.925
<b>Total</b>	<b>2.780</b>	<b>15.706</b>

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- ICMS - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.

- COFINS, PIS e IPI a recuperar - decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas, utilizadas em produtos. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação de outros tributos federais ou mediante pedidos de ressarcimento.
- REINTEGRA - o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, é uma medida de estímulo às exportações de manufaturados e é objeto de ressarcimento ou compensação para pagamento de tributos federais.

## 14 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A partir de estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributários para os próximos dez anos a controlada Kepler Weber Industrial S.A. passou a reconhecer em 2007, parte dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre lucro líquido, apurados a partir de 2005. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo é de R\$ 91.311 (R\$ 88.186 em 31 de dezembro de 2011).

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2012 na controlada Kepler Weber Industrial S.A. será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2013	3.181	1.145	4.326	4,74%
2014	4.032	1.451	5.483	6,00%
2015	5.406	1.946	7.352	8,05%
2016	7.302	2.629	9.931	10,88%
De 2017 à 2022	47.213	17.006	64.219	70,33%
<b>Total</b>	<b>67.134</b>	<b>24.177</b>	<b>91.311</b>	<b>100,00%</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

**Kepler Weber S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	<b>Kepler Weber S.A</b>		<b>Kepler Weber Industrial S.A</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	91.311	88.186
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.311</b>	<b>88.186</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Reserva de reavaliação a realizar	1.095	1.102	-	119
Ajuste de avaliação patrimonial	18.338	18.875	12.557	11.978
Reserva de bônus debêntures	1.045	1.306	-	-
Depreciação vida útil	77	77	4.010	4.010
Capitalização de juros	-	-	264	264
<b>Total</b>	<b>20.555</b>	<b>21.360</b>	<b>16.831</b>	<b>16.371</b>

A Companhia compensa os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos, de uma mesma entidade (Kepler Weber Industrial S.A), tendo em vista estarem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Imposto diferido ativo - Kepler Weber Industrial S.A.	91.311	88.186
Imposto diferido passivo - Kepler Weber Industrial S.A.	(16.831)	(16.371)
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>74.480</b>	<b>71.815</b>

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social, que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos:

<b>Consolidado</b>	<b>Prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>
Kepler Weber S.A. (controladora)	92.659	31.504
Kepler Weber Industrial S.A. (controlada) - parcela não reconhecida	27.480	9.343

Além dos montantes acima, as seguintes diferenças temporárias não foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada:

	<b>Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>
<b>Controladora</b>		
Provisão de comissões a pagar	163	55
Provisão para contingências	1.048	356
Provisão Gratificação e PLR	606	206
<b>Total</b>	<b>1.817</b>	<b>617</b>
	<b>Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>
<b>Consolidado</b>		
Provisão para devedores duvidosos	563	191
Provisão para obsolescência de estoques	2.084	709
Provisão de comissões a pagar	3.923	1.334
Provisão de fretes a pagar	2.194	746
Provisão para contingências	9.542	3.244
Provisão de garantias	760	258
Outras provisões	1.947	662
<b>Total</b>	<b>21.013</b>	<b>7.144</b>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável neste momento que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

## 15 Depósitos judiciais

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais no montante de R\$ 2.797, líquidos de provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.980 em 31 de dezembro de 2011) relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia e sua controlada.

## 16 Investimentos

A Kepler Weber S.A. (controladora) possui investimentos nas seguintes empresas:

Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi (RS), e com filial em Campo Grande (MS), que efetua a industrialização e a comercialização de sistemas de armazenagem e conservação de grãos, tais como: silos, secadores, componentes, peças e acessórios, equipamentos para maltaria e cervejaria, representação comercial, importação, exportação e comércio de peças de reposição.

Kepler Weber Peças e Serviços Ltda., sediada em Panambi (RS), que efetua a comercialização de peças, representação, intermediação e prestação de serviços. Essa empresa encerrou suas atividades em 31/07/2012 não tendo operações relevantes durante todo o exercício de 2012.



Os investimentos em controladas apresentam a seguinte movimentação:

**a. Informações de controladas**

	<b>31/12/2012</b>	
	<b>Kepler Weber Industrial S.A.</b>	<b>Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.</b>
Participação	100%	-
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	-
Ativos circulantes	253.210	-
Ativos não circulantes	272.970	-
Total de ativos	526.179	-
Passivos circulantes	109.115	-
Passivos não circulantes	70.734	-
Total de passivos	179.849	-
Patrimônio líquido	346.330	-
Receita	422.932	-
Despesas	388.835	-
Lucro ou prejuízo operações normais	34.097	16
Equivalência patrimonial	34.097	16

  

	<b>31/12/2011</b>	
	<b>Kepler Weber Industrial S.A.</b>	<b>Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.</b>
Participação	100%	99,9975%
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	399.990
Ativos circulantes	318.214	300
Ativos não circulantes	254.450	1.927
Total de ativos	572.664	2.227
Passivos circulantes	120.771	-
Passivos não circulantes	107.699	-
Total de passivos	228.470	-
Patrimônio líquido	344.194	2.227
Receita	422.126	197
Despesas	388.222	57
Resultado do exercício	33.904	140
Equivalência patrimonial	33.904	140

**b. Movimentação dos investimentos**

	Kepler Weber Industrial S.A.	Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	Total
<b>Saldo inicial em 31/12/2010</b>	<b>326.731</b>	<b>2.087</b>	<b>328.818</b>
Distribuição de dividendos	(10.491)	-	(10.491)
Baixa de bens de avaliação patrimonial	(10)	-	(10)
Juros sobre capital próprio	(5.940)	-	(5.940)
Lucro líquido do exercício	33.904	140	34.044
<b>Saldo final em 31/12/2011</b>	<b>344.194</b>	<b>2.227</b>	<b>346.421</b>
Lucro do exercício	34.097	16	34.113
Distribuição de dividendos	(25.752)	-	(25.752)
Juros sobre capital próprio	(6.060)	-	(6.060)
Encerramento atividades	-	(2.243)	(2.243)
Baixa de bens custo atribuído	(149)	-	(149)
<b>Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>346.330</b>	<b>-</b>	<b>346.330</b>

## 17 Propriedades para investimento

**a. Composição de propriedades para investimento**

A composição do saldo de propriedades para investimento está demonstrada abaixo:

Propriedade para  
Investimento

		Controladora					
		Dez/2012			Dez/2011		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo atribuído	Depreciação	Valor líquido	Custo atribuído	Depreciação	Valor líquido
<b>Itens</b>							
Terrenos		20.437	-	20.437	20.117	-	20.117
Prédios e benfeitorias		59.569	(15.361)	44.208	59.569	(13.589)	45.980
Instalações		3.418	(3.418)	-	3.418	(3.226)	192
<b>Total</b>		<b>83.424</b>	<b>(18.779)</b>	<b>64.645</b>	<b>83.104</b>	<b>(16.815)</b>	<b>66.289</b>

Propriedade para  
Investimento

		Consolidado					
		Dez/2012			Dez/2011		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo atribuído	Depreciação	Valor Líquido	Custo atribuído	Depreciação	Valor Líquido
<b>Itens</b>							
Terrenos		8.941	-	8.941	9.295		9.295
Prédios e benfeitorias	2%	4.074	(256)	3.818	4.074	(127)	3.947
<b>Total</b>		<b>13.015</b>	<b>(256)</b>	<b>12.759</b>	<b>13.369</b>	<b>(127)</b>	<b>13.242</b>

**b. Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento**

<b>Controladora</b>					
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2011	Baixas	Depreciação	Transferências
					Valor residual líquido em 31/12/2012
Terrenos		20.117	(355)	-	675
Prédios e benfeitorias	2%	45.981	-	(1.773)	-
Instalações	10%	191	-	(191)	-
<b>Total</b>		<b>66.289</b>	<b>(355)</b>	<b>(1.964)</b>	<b>675</b>
<b>Consolidado</b>					
Itens	Taxa de depreciação média ponderada %	Valor residual líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação
					Valor residual líquido em 31/12/2012
Terrenos		9.295	-	(355)	-
Prédios e Benfeitorias	2%	3.947	-	-	(128)
<b>Total</b>		<b>13.242</b>	<b>-</b>	<b>(355)</b>	<b>(128)</b>

Na controladora, as propriedades para investimento incluem imóveis arrendados para a controlada Kepler Weber Industrial S.A. e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. No consolidado estão registrados somente os imóveis arrendados para terceiros. Os períodos de arrendamento variam de acordo com os contratos firmados com os arrendatários. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

A Companhia adotou o custo atribuído para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009.

A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos.

Terrenos onde estão localizados as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Em relação às propriedades arrendadas, no consolidado, a Companhia reconheceu receitas de aluguel no montante de R\$ 225 em 2012 (R\$ 265 em 2011) relativos a propriedades para investimento alugadas para terceiros.

## **18 Imobilizado**

**a. Composição do ativo imobilizado**

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está apresentada a seguir:

					Controladora	
					Dez/2012	Dez/2011
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Máquinas e equipamentos	10%	260	(260)	-	-	
Móveis e utensílios	10%	236	(225)	11	18	
Equipamentos de informática	20%	320	(320)	-	-	
Imobilizações em andamento		147	-	147	40	
<b>Total</b>		<b>963</b>	<b>(805)</b>	<b>158</b>	<b>58</b>	

					Consolidado	
					Dez/2012	Dez/2011
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	
Terrenos		11.772	-	11.772	11.262	
Prédios e benfeitorias	2%	97.833	(28.956)	68.877	69.964	
Instalações	10%	18.682	(15.071)	3.611	4.329	
Máquinas e equipamentos	7%	161.551	(71.325)	90.226	70.155	
Móveis e utensílios	10%	5.837	(3.847)	1.990	1.472	
Veículos	18%	291	(41)	250	53	
Equipamentos de informática	21%	10.109	(7.260)	2.849	1.335	
Imobilizações em andamento		23.908	-	23.908	31.322	
<b>Total</b>		<b>329.983</b>	<b>(126.500)</b>	<b>203.483</b>	<b>189.892</b>	

**b. Movimentação do custo e depreciação**

A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia e sua controlada está apresentada abaixo:

							Controladora
							Dez/2012
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2012
Móveis e utensílios	10%	18	-	-	(7)	-	11
Imobilizações em andamento		40	782	-	-	(675)	147
<b>Total</b>		<b>58</b>	<b>782</b>	<b>-</b>	<b>(7)</b>	<b>(675)</b>	<b>158</b>

Consolidado							
Dez/2012							
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Capitalização de Juros	Valor residual líquido em 31/12/2012
Terrenos		11.262	-	(165)	-	-	11.772
Prédios e benfeitorias	2%	69.964	-	(92)	(3.288)	-	68.877
Instalações	10%	4.329	15	-	(1.618)	-	3.611
Máquinas e equipamentos	7%	70.155	144	(334)	(6.368)	-	90.226
Móveis e utensílios	10%	1.472	87	(10)	(419)	-	1.990
Veículos	18%	53	39	(17)	(16)	-	250
Equipamentos de informática	21%	1.335	672	(3)	(498)	-	2.849
Imobilizações em andamento		31.322	24.788	-	-	963	23.908
<b>Total</b>		<b>189.892</b>	<b>25.745</b>	<b>(621)</b>	<b>(12.207)</b>	<b>963</b>	<b>(289) (a) 203.483</b>

(a) Crédito de PIS e COFINS sobre valor bruto de bens adquiridos.

### c. Reavaliações de anos anteriores

Controladora							
Dez/2012				Dez/2011			
	Valor reavaliado em 31/12/2011	Baixa Reavaliação	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido
<b>Terrenos</b>	3.069	(20)	-	3.049	3.069	-	3.069
<b>Prédios</b>	7.031	-	(6.778)	253	7.031	(6.685)	346
<b>Total</b>	<b>10.100</b>	<b>(20)</b>	<b>(6.778)</b>	<b>3.302</b>	<b>10.100</b>	<b>(6.685)</b>	<b>3.415</b>

  

Consolidado							
Dez/2012				Dez/2011			
	Valor reavaliado em 31/12/2011	Baixa Reavaliação	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido
<b>Terrenos</b>	3.419	(370)	-	3.049	3.419	-	3.419
<b>Prédios</b>	8.190	(1.159)	(6.778)	253	8.190	(7.295)	895
<b>Total</b>	<b>11.609</b>	<b>(1.529)</b>	<b>(6.778)</b>	<b>3.302</b>	<b>11.609</b>	<b>(7.295)</b>	<b>4.314</b>

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

**i. Garantia**

O valor penhorado ou hipotecado relacionado a bens em garantia em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 39.950, de empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 48.540, R\$ 39.950 como garantia de empréstimos e financiamentos e R\$ 8.590 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio). O valor contábil residual destes bens em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 7.620, e destes, R\$ 5.604 como garantia de empréstimos e financiamentos e R\$ 2.016 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio (em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 10.163, R\$ 7.607 como garantia de empréstimos e financiamentos e R\$ 2.556 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio).

**ii. Bens com operações temporariamente paralisadas**

Em 31 de dezembro de 2012, há bens do ativo imobilizado da Kepler Weber Industrial S.A. com valor residual de R\$ 1.964 que se encontram com suas operações temporariamente paralisadas (R\$ 2.612 em 31 de dezembro de 2011). As projeções dos valores de recuperação não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes na recuperação dos saldos destes ativos.

**iii. Ociosidade do ativo imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2012, a ociosidade anormal do imobilizado da controlada Kepler Weber Industrial S.A. montou em R\$ 213 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2011). Este montante foi registrado no resultado do exercício como despesa (nota explicativa 31).

**iv. Imobilizado em andamento**

Os valores correspondentes ao imobilizado em andamento incluem custos de empréstimos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2012, os custos de empréstimos capitalizados relacionados a imobilizado em andamento totalizavam R\$ 963, com taxa média de capitalização de 7% a.a. (R\$ 986 em 2011, com taxa média de capitalização de 8% a.a.). Em 31 de dezembro de 2012 os principais projetos em andamento são: Especialização da Planta de Silos, Novos Sistemas de Armazenagem e Movimentação de Granéis.

## 19 Intangível

**a. Composição do intangível**

A composição do ativo intangível em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está apresentada a seguir:

	Taxa de amortização % a.a.	Controladora		
		Dez/2012		Dez/2011
		Custo	Amortização	Valor líquido
Itens				Valor líquido
Marcas e patentes		1.280	-	1.280
Softwares e Licenças		12	(12)	-
<b>Total</b>		<b>1.292</b>	<b>(12)</b>	<b>1.280</b>

		Consolidado			
		Dez/2012		Dez/2011	
Itens	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Desenvolvimento de produtos	20%	2.289	(146)	2.143	5.706
Marcas e patentes		1.282	-	1.282	1.282
Softwares e Licenças	20%	10.265	(6.927)	3.338	3.247
<b>Total</b>		<b>13.836</b>	<b>(7.073)</b>	<b>6.763</b>	<b>10.235</b>

**b. Movimentação do custo e amortização**

Na controladora não houve baixas, ou ainda adições e amortizações, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 nos saldos registrados de ativo intangível.

A movimentação de custo e amortização de intangível para saldos consolidados estão apresentados abaixo:

		Consolidado					
		Dez/2012					
Itens	Taxa de amortização % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2011	Adições	Amortização	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2012
Desenvolvimento de produtos	20%	5.706	1.196	(850)	46	(3.955)	2.143
Marcas e patentes		1.282	-	-	-	-	1.282
Softwares e Licenças	20%	3.247	-	(1.584)	-	1.675	3.338
<b>Total</b>		<b>10.235</b>	<b>1.196</b>	<b>(2.434)</b>	<b>46</b>	<b>(2.280)</b>	<b>(a) 6.763</b>

(a) Crédito de PIS e COFINS sobre valor bruto de bens adquiridos.

## 20 Empréstimos e financiamentos

		Consolidado			
		Dez/2012		Dez/2011	
Itens	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional</b>					
Outros empréstimos		619	-	1.544	-
Ações Preferenciais classe B	TJLP + 3,8% a.a.	-	-	-	12
FINEP	4% a.a.	1.141	17.335	-	18.451
FINIMP	4% a.a.	4.169	-	681	-
EXIM	4,5 % a.a.	-	-	2.840	209
EXIM	9 % a.a.	-	-	20.255	29.965
BRDE - FINAME	4,5 % a.a.	179	1.180	75	1.369
BRDE - FINAME	5,5 % a.a.	302	2.604	-	2.722
BRDE - FINAME	8,7 % a.a.	202	2.406	-	2.599
BB - FINAME	5.5 % a.a.	5	1.478	-	-
BB - FINAME	8.7 % a.a.	28	425	-	454
BNDES - FINEM	UMBND + 4% a.a.	884	2.725	814	3.325
BNDES - FINEM	TJLP + 1% a.a.	137	412	137	550
BNDES - FINEM	TJLP + 4% a.a.	5.214	15.639	5.218	20.868
<b>Total</b>		<b>12.880</b>	<b>44.204</b>	<b>31.564</b>	<b>80.524</b>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo  
UMBND - Cesta de Moedas do BNDES

**BNDES - FINEM** - teve como finalidade principal a construção da fábrica em Campo Grande (MS) e a aquisição de máquinas e equipamentos para a mesma, tendo como garantia as instalações da unidade de Panambi (RS) e as instalações financiadas. Como parte do acordo de investimento e reestruturação da Companhia, em 23 de setembro de 2007, foi renegociado o prazo de pagamento da dívida da controlada com o BNDES, passando o vencimento final para 2017, com carência de pagamento do principal nos 2 primeiros anos e de juros no primeiro ano. Os contratos de financiamentos estão subdivididos em 5 sub-créditos, atualizados parte pela cesta de moedas do BNDES, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, e parte pela variação da TJLP, acrescida de juros de 1% a 4% a.a.

<b>Operação</b>	<b>Finalidades</b>
Sub-crédito A e B - Valor inicial - R\$19.428	Implantação da unidade industrial para fabricação de equipamentos e de silos para armazenagem de grãos, com capacidade de processar 50.000 toneladas de aço por ano, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul;
Sub-crédito C e D - Valor inicial - R\$ 21.209	Pagamento de até 80% das máquinas e equipamentos nacionais adquiridos pela controlada Kepler Weber Industrial, que se enquadrem nos critérios da FINAME;
Sub-crédito E - Valor inicial - R\$ 900	Construção do conjunto composto de 100 unidades habitacionais, centro comunitário, quadra poliesportiva, praça e play-ground, implantado em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

**BRDE - FINAME** - teve como finalidade a aquisição de máquinas e equipamentos para a controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratadas às taxas de 4,5% (valor inicial de R\$ 1.431), 5,5% (valor inicial de R\$ 2.548) e 8,7% (valor inicial de R\$ 1.579).

**BB - FINAME** - teve como finalidade a aquisição de máquinas e equipamentos para a controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratada às taxas de 5,5% (valor inicial 1.483) e 8,7% (valor inicial de R\$ 452).

**EXIM PRÉ-EMBARQUE** - com o objetivo de financiar exportações, a Companhia possuía contratos de linhas de EXIM Pré-Embarque e que foram liquidados antecipadamente em 17 de setembro de 2012. A liquidação antecipada dos contratos de financiamentos de EXIM Pré-embarque, ocorreu devido a não realização integral dos planos de investimentos projetados para o período, destacados para incentivar as exportações, que aliados à redução dos juros no mercado, propiciaram à Companhia rever seu portfólio de aplicações e operações financeiras visando o melhor retorno para os seus recursos.

**FINEP** - recurso destinado ao financiamento de estudos e projetos de novos produtos pela controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratado à taxa de 4% a.a. (valor inicial de R\$ 18.443).

**FINIMP** - teve como finalidade o financiamento de importações de máquinas e equipamentos para a controlada Kepler Weber Industrial S.A., contratada à taxa de 4% a.a. (valor inicial de R\$ 681).



A linha de empréstimo denominada FINIMP, contratadas pela controlada Kepler Weber Industrial S.A. são avalizadas pela controladora, através da emissão de notas promissórias que, em 31 de dezembro de 2012, montam em R\$ 4.169. A linha de empréstimo denominada FINEP, possui fiança bancária no valor de R\$ 18.475, tendo sido concedido ao banco emissor reciprocidade em garantia de 50% do montante, no valor de R\$ 9.605, em aplicação financeira.

Valor original dos bens concedidos em garantia dos empréstimos e financiamentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Hipoteca de máquinas e equipamentos	19.999	19.999
Hipoteca de imóveis	19.951	19.951
Máquinas e equipamentos alienados junto a instituições financeiras	12.143	10.053
<b>Total</b>	<b>52.093</b>	<b>50.003</b>

## 21 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2007, foi aprovada a emissão em série única de 154.168 debêntures simples da forma nominativa e escritural, no valor total de R\$ 139.999, ao valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos), na data de emissão, cujos recursos foram utilizados para quitar as dívidas com credores financeiros que não subscreveram ações da Companhia e para fortalecimento de caixa.

As debêntures têm o prazo de 13 anos, com carência do principal nos três primeiros anos. Serão amortizadas em 120 parcelas mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de novembro de 2010. As debêntures são remuneradas a uma taxa equivalente à TJLP acrescida de um *spread* de 3,8% ao ano (“Taxa de Juros”). O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% ao ano será capitalizado, dia a dia, a partir da data de emissão até a data do vencimento das debêntures. O vencimento dos juros remuneratórios está ocorrendo trimestralmente, a partir de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2010 e mensalmente a partir de então até o último vencimento em 15 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das debêntures totalizou R\$ 76.669 (R\$ 98.078 em 31 de dezembro de 2011).

Do total das debêntures emitidas, houve a adesão de R\$ 138.745 até 31 de dezembro de 2007, e o saldo restante, no montante de R\$ 1.254, foi adquirido pelo mercado no exercício de 2008, totalizando R\$ 139.999.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição que dá o direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. O bônus de subscrição será válido até 15 de outubro de 2020.

As debêntures estão garantidas por carta fiança assinada pelos seguintes credores (i) Banco do Brasil S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Votorantin S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A., (v) Banco Safra S.A., os quais eram titulares de créditos no valor total de R\$136 milhões que foram pagos com os recursos da emissão das debêntures, conjugada com o bônus de subscrição.

A Companhia realizou a segregação do componente patrimonial do instrumento de dívida para apresentação do saldo a partir da data transição em 1º de janeiro de 2009, conforme demonstrado abaixo:

Recurso de emissão de debêntures	139.999
Montante classificado com o patrimônio líquido	(8.324)
Valor contábil do passivo financeiro na data da emissão	131.675

O componente do patrimônio líquido foi reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo.

O componente patrimonial foi reconhecido líquido de efeito de impostos diferidos, cujos saldos nas datas de apresentação das demonstrações financeiras estão indicados na nota explicativa 14.

Para valorização do valor justo do componente passivo, foi considerado que instrumento financeiro de características similares, considerando garantias dadas pelos Bancos anteriormente citados, sem o bônus de subscrição, consideraria taxa de correção atrelada em média a 100% da taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Para apuração da taxa interna de retorno para mensuração posterior do instrumento financeiro passivo foi considerada a taxa futura do CDI para as datas das liquidações previstas no contrato, na data da emissão das debêntures, obtida através de consulta a BM&F Bovespa.

A taxa efetiva de atualização das debêntures em 31 de dezembro de 2012 é 11,064%, compondo o saldo de R\$ 76.669 (em 31 de dezembro de 2011 R\$ 98.078).

		<b>Consolidado</b>	
Taxas contratuais % a.a.	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
3,8%+TJLP	11,064%	76.669	98.078

No período encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve aumento de capital relativo ao exercício de bônus de subscrição (no exercício 2011 houve aumento de capital nominal de R\$ 1, decorrentes do exercício de 1 bônus de subscrição) (Nota Explicativa 28).

A escritura particular da emissão de debêntures possui cláusula de amortização acelerada, estabelecendo que a controladora Kepler Weber S.A. deverá antecipar, em uma única parcela, um montante equivalente a 12 parcelas de amortização das Debêntures quando em qualquer data de pagamento de qualquer amortização das debêntures (iniciada em novembro de 2010), a relação da dívida líquida definida em contrato dividida pelo EBITDA (\*) dos últimos 12 meses seja menor do que 1,5 durante 2 períodos fiscais consecutivos. A Kepler Weber S.A. manteve este índice acima do exigido em contrato, até 31 de março de 2012, quando considerados os termos contratuais. Entretanto, atendendo a pleito dos debenturistas, a Companhia concordou formalmente em 13 de abril de 2012 a alterar a forma de medição do índice acima, substituindo o índice EBITDA da controladora pelo consolidado, e com a consequente ocorrência da hipótese de Amortização Acelerada de Debêntures, conforme disposto na cláusula terceira, item 25 da Escritura Particular da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie

Quirografária da Kepler Weber S/A, pois nos exercícios de 2010 e 2011, nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Kepler Weber, o referido índice foi inferior ao estabelecido na referida cláusula. Dessa forma, a Companhia efetuou o pagamento de 12 parcelas antecipadas no dia 13 de abril de 2012, no montante de R\$ 11.479. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia já reconheceu a antecipação relativa a 12 parcelas no passivo circulante.

- (\*) EBITDA - definido na escritura como sendo lucro/prejuízo líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, depreciação e amortização.

## 22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida, junto à entidade de previdência complementar contratada que realiza contribuições mensais para custeio do plano em proporção às contribuições realizadas pelos empregados que aderem ao plano. No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido.

Em janeiro de 2003, a Companhia passou a co-patrocinar plano de aposentadoria complementar de contribuição definida (PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres). As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$ 1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$ 1 (um real). O plano de aposentadoria complementar é administrado pela empresa Brasilprev Previdência Privada S.A. Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	-	12	343	197

## 23 Partes relacionadas

				Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A.	Banco Santander S.A.	Dez/2012 Total	Dez/2011 Total
<b>Ativo circulante</b>					
Depósitos bancários	-	2	7	9	11
Aplicações financeiras	-	10.351	-	10.351	5.266
Royalties	1.019	-	-	1.019	1.038
Ressarcimento de despesas	-	-	-	-	159
	<b>1.019</b>	<b>10.353</b>	<b>7</b>	<b>11.379</b>	<b>6.474</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Contas correntes (mútuo)	-	-	-	-	(1.927)

A parte relacionada Kepler Weber Industrial S.A. é uma empresa controlada e o Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. são acionistas da Companhia. A controlada Kepler Weber Peças e Serviços Ltda, que mantinha saldo em conta corrente (mútuo) foi encerrada em 31 de julho de 2012.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Banco</b>			
	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Santander S.A.</b>	<b>Dez/2012 Total</b>	<b>Dez/2011 Total</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Depósitos bancários	1.170	9	1.179	911
Aplicações financeiras	39.287	5.975	45.262	35.328
	<b>40.457</b>	<b>5.984</b>	<b>46.441</b>	<b>36.239</b>

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

	<b>Kepler Weber Industrial S.A.</b>	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Controladora</b>	
				<b>Dez/2012 Total</b>	<b>Dez/2011 Total</b>
<b>Resultado</b>					
Compras - custo dos produtos vendidos	(1.180)	-	-	(1.180)	-
Outras receitas (aluguéis)	5.660	-	-	5.660	5.389
Outras receitas (royalties)	8.547	-	-	8.547	8.486
Outras receitas (ressarcimento de despesas)	1.828	-	-	1.828	2.347
Receitas sobre aplicações financeiras	-	551	-	551	491
Despesas financeiras sobre juros de mútuo	-	-	-	-	(47)
Comissão fiança	-	(300)	-	(300)	(349)
Honorários da administração	-	-	(2.216)	(2.216)	(2.836)

	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Consolidado</b>	
				<b>Dez/2012 Total</b>	<b>Dez/2011 Total</b>
<b>Resultado</b>					
Receitas sobre aplicações financeiras	1.575	1.325	-	2.900	2.913
Comissão fiança	(300)	-	-	(300)	(349)
Honorários da administração	-	-	(3.711)	(3.711)	(3.690)

As operações realizadas com o acionista Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorre em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 21.

A Controladora, Kepler Weber S.A., possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022, com periodicidade de pagamento mensal, tendo como objeto o imóvel, na cidade de Panambi/RS que se refere ao terreno, as construções e demais benfeitorias para fins de desenvolvimento de atividades industriais e comerciais da controlada Kepler Weber Industrial S.A.

Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas, formalizado no mês de abril de 2010 entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 01 de abril de 2015, com periodicidade de pagamento mensal, a subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. exerce a atividade de produção industrial de equipamentos para armazenagem agrícola.

A Controladora identifica os equipamentos produzidos, fazendo acompanhar a distinção pelas marcas nos equipamentos e nos documentos da Kepler Weber Industrial S.A., sendo esta a pagadora dos Royalties.

Os contratos de aluguel e pagamento de royalties foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

## 24 Remuneração da administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, nos termos do art. 23 do Estatuto Social. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, nos termos do art. 11, letra “q”, do Estatuto Social.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, está apresentada abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Honorários e gratificações	2.216	2.836
Benefícios diretos e indiretos	180	248
Previdência privada	-	12
Seguro saúde	10	-
	<b>2.406</b>	<b>3.096</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Honorários e gratificações	3.711	3.690
Benefícios diretos e indiretos	324	339
Previdência privada	30	24
Seguro saúde	20	-
	<b>4.085</b>	<b>4.053</b>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 23 de abril de 2012 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 5.400, que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2012 a abril de 2013.

A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamento baseados em ações ou outros benefícios de longo prazo.

## 25 Impostos a recolher

<b>Circulante</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
ICMS a pagar	-	-	(128)	(106)
PIS/COFINS a pagar	(138)	(688)	(1.889)	(1.264)
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(475)	(444)	(475)	(444)
Reparcelamento INSS - Lei 11.941/09	-	(36)	-	(42)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(181)	(169)
Outros	(6)	(5)	(149)	(146)
	<b>(619)</b>	<b>(1.173)</b>	<b>(2.822)</b>	<b>(2.171)</b>

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(5.145)	(5.253)	(5.145)	(5.253)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(1.960)	(2.004)
	<b>(5.145)</b>	<b>(5.253)</b>	<b>(7.105)</b>	<b>(7.257)</b>

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil.

## 26 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada apresentavam os seguintes saldos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas de depósitos judiciais correspondentes:

Itens	Controladora	
	Provisões para	
	riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
	Dez/2012	Dez/2011
Contingências trabalhistas e previdenciárias	37	176
Contingências tributárias	35	35
Reclamações cíveis	970	-
	<b>1.042</b>	<b>211</b>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Controladora				
	Dez/2011	Adição de provisão	Reversão de provisão	Depósitos judiciais	Dez/2012
Contingências trabalhistas e previdenciárias	176	138	(300)	23	37
Contingências tributárias	35	-	-	-	35
Reclamações cíveis	-	970	-	-	970
<b>Total das provisões</b>	<b>211</b>	<b>1.108</b>	<b>(300)</b>	<b>23</b>	<b>1.042</b>

Itens	Consolidado	
	Provisões para	
	riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
	Dez/2012	Dez/2011
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.983	4.258
Contingências tributárias	411	575
Contingências cíveis	1.531	1.340
	<b>4.925</b>	<b>6.173</b>

<b>Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</b>	<b>Consolidado</b>				
	<b>Dez/2011</b>	<b>Adição de provisão</b>	<b>Reversão de provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Dez/2012</b>
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.258	2.060	(736)	(2.599)	2.983
Contingências tributárias	575	28	(192)	-	411
Contingências cíveis	1.340	1.004	(605)	(208)	1.531
<b>Total das provisões</b>	<b>6.173</b>	<b>3.092</b>	<b>(1.533)</b>	<b>(2.807)</b>	<b>4.925</b>

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS.

Contingências cíveis: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

A Administração da Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado, é suficiente para cobrir as perdas prováveis com os processos judiciais.

A Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

<b>Tipo de processo</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Tributárias	12.104	13.122
Cíveis	8.769	8.683
Trabalhistas	995	1.267
	<b>21.868</b>	<b>23.072</b>

Contingências trabalhistas com perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias com perda possível são: processos administrativos que se referem a glosas de créditos em pedidos de ressarcimento de IPI, pedidos de restituição de IRRF e

COFINS, crédito presumido de IPI perante a Receita Federal do Brasil e notificação fiscal de lançamento de débitos do INSS.

Contingências cíveis com perda possível: as três principais ações que formam essa contingência estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários advocatícios.

## 27 Instrumentos financeiros

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora							
Dez/2012				Dez/2011			
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.774	-	6.774	3.168	-	3.168
Aplicações financeiras retidas - não circulante	9	3.965	-	3.965	3.657	-	3.657
Depósitos judiciais		-	67	67	-	547	547
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	20	-	-	-	-	(12)	(12)
Fornecedores		-	(96)	(96)	-	(55)	(55)
Debêntures	21	-	(76.669)	(76.669)	-	(98.078)	(98.078)
<b>Total</b>		<b>10.739</b>	<b>(76.698)</b>	<b>(65.959)</b>	<b>6.825</b>	<b>(97.598)</b>	<b>(90.773)</b>

Consolidado								
Dez/2012				Dez/2011				
	Nota	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	9	61.100	-	-	61.100	167.711	-	167.711
Aplicações financeiras retidas - circulante	9	9.605	-	-	9.605	9.308	-	9.308
Títulos e valores mobiliários - circulante	10	-	30.848	-	30.848	-	-	-
Contas a receber clientes	11	-	-	50.586	50.586	-	52.119	52.119
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	13	-	13
Aplicações financeiras retidas - não circulante	9	3.965	-	-	3.965	3.657	-	3.657
Títulos e valores mobiliários - circulante	10	-	19.223	-	19.223	-	-	-
Depósitos judiciais		-	-	2.797	2.797	-	2.980	2.980
<b>Passivos</b>								
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	20	-	-	(57.084)	(57.084)	-	(112.088)	(112.088)
Fornecedores		-	-	(28.115)	(28.115)	-	(30.944)	(30.944)
Debêntures	21	-	-	(76.669)	(76.669)	-	(98.078)	(98.078)
Instrumentos financeiros derivativos	27d	(8)	-	-	(8)	(391)	-	(391)
<b>Total</b>		<b>74.662</b>	<b>50.071</b>	<b>(108.485)</b>	<b>16.248</b>	<b>180.298</b>	<b>(186.011)</b>	<b>(5.713)</b>

O resultado financeiro apurado por categoria de instrumento financeiro está abaixo apresentado:



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa	257	122	11.261	13.006
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	-	-	1.117	2.359
Aplicações financeiras retidas - circulante	-	-	63	87
Aplicações financeiras retidas - não circulante	308	380	308	380
Contas a receber clientes	10	18	345	280
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(8.988)	(10.971)	(17.356)	(17.568)
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	-	-	(2.432)	(2.598)
	<b>(8.413)</b>	<b>(10.451)</b>	<b>(6.694)</b>	<b>(4.054)</b>

## b. Riscos de crédito

### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Controladora</b>		<b>Valor contábil</b>	
	<b>Nota</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Aplicações financeiras retidas - não circulante	9	3.965	3.657
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.774	3.168
<b>Total</b>		<b>10.739</b>	<b>6.825</b>

  

<b>Consolidado</b>		<b>Valor contábil</b>	
	<b>Nota</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Aplicações financeiras retidas - circulante	9	9.605	9.308
Títulos e valores mobiliários - circulante	10	30.848	-
Aplicações financeiras - não circulante	9	3.965	3.657
Títulos e valores mobiliários - não circulante	10	19.223	-
Instrumentos financeiros derivativos	27d	-	13
Contas a receber clientes	11	50.586	52.119
Caixa e equivalentes de caixa	9	61.100	167.711
<b>Total</b>		<b>175.327</b>	<b>232.808</b>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor Contábil</b>		<b>Valor Contábil</b>	
Em milhares de reais	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
Mercado doméstico	-	-	45.022	45.485
América do Sul	-	-	5.672	2.404
América do Norte	-	-	-	4.542
América Central	-	-	-	20
África	-	51	247	51
Ásia	-	-	208	227
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>51.149</b>	<b>52.729</b>

O vencimento de contas a receber de clientes está apresentado na nota explicativa 11, assim como provisão para redução a valor recuperável. Nos demais ativos financeiros não há montantes vencidos.

**c. Risco de liquidez**

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

**Controladora**

31 de dezembro de 2012

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Debêntures conversíveis	76.669	106.301	8.397	8.152	15.655	41.808	32.289
Fornecedores	96	96	96	-	-	-	-
	<b>76.765</b>	<b>106.397</b>	<b>8.493</b>	<b>8.152</b>	<b>15.655</b>	<b>41.808</b>	<b>32.289</b>

**Consolidado**

31 de dezembro de 2012

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários garantidos	57.084	60.276	5.424	7.174	11.996	26.225	9.457
Debêntures conversíveis	76.669	106.301	8.397	8.152	15.655	41.808	32.289
Fornecedores	28.115	28.115	28.115	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros derivativos</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	8	8	8	-	-	-	-
	<b>161.876</b>	<b>194.700</b>	<b>41.944</b>	<b>15.326</b>	<b>27.651</b>	<b>68.033</b>	<b>41.746</b>

**d. Risco cambial**

**i. Exposição a moeda estrangeira**

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

Itens	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Cientes	-	51	6.127	7.244
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.930	930
Fornecedores	-	-	(2.271)	(86)
Comissões a representantes	(163)	(1)	(1.702)	(1.240)
<b>Soma</b>	<b>(163)</b>	<b>50</b>	<b>4.084</b>	<b>6.848</b>
<b>Valor equivalente em US\$ mil</b>	<b>(80)</b>	<b>27</b>	<b>1.999</b>	<b>3.651</b>
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nominais) em US\$	-	-	(3.500)	(10.300)
<b>Valor de exposição líquida em US\$ mil</b>	<b>(80)</b>	<b>27</b>	<b>(1.501)</b>	<b>(6.649)</b>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
Reais	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
USD	1.9550	1.6746	2.0435	1.8758

Além dos montantes apresentados, a Companhia e sua controlada também estão sujeitas a riscos de variação de cesta de moedas BNDES - UMBND, sobre empréstimos BNDES - FINEM no montante de R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.139 em 31 de dezembro de 2011).

**ii. Derivativos - contratos de câmbio a termo**

A controlada Kepler Weber Industrial S.A. possui instrumentos em aberto, que se referem a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF), a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Kepler Weber Industrial S.A. possuía dois contratos futuros de compromisso de venda de dólar, totalizando uma posição de US\$ 3.500, com vencimentos em janeiro, como segue:

Consolidado							
Dez/2012							
Vencimento	Contraparte	Compra / Venda	Valor nacional US\$	Taxa Futura	Valor presente ativo	Valor presente Passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
Jan/13	Banco ABC	Venda	1.500	2,0573	3.066	3.067	(1)
Jan/13	Banco ITAU	Venda	2.000	2,0573	4.082	4.089	(7)
			<b>3.500</b>		<b>7.148</b>	<b>7.156</b>	<b>(8)</b>
	Total operações compra		-				-
	Total operações venda		3.500				(8)
	Líquido das operações		<b>3.500</b>				<b>(8)</b>

Consolidado							
Dez/2011							
Vencimento	Contraparte	Compra / Venda	Valor nacional US\$	Taxa Futura	Valor presente ativo	Valor presente Passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
Jan/12	Banco SANTANDER	Venda	350	1,8796	582	652	(70)
Jan/12	Banco SANTANDER	Venda	300	1,8796	556	559	(3)
Jan/12	Banco HSBC	Venda	1.000	1,8796	1.711	1.864	(153)
Jan/12	Banco HSBC	Venda	500	1,8796	945	932	13
Jan/12	Banco ITAU	Venda	800	1,8796	1.487	1.491	(4)
Fev/12	Banco ITAU	Venda	1.000	1,8890	1.852	1.859	(7)
Fev/12	Banco SANTANDER	Venda	650	1,8890	1.171	1.208	(37)
Mai/12	Banco ABC	Venda	2.400	1,9224	4.393	4.432	(39)
Jun/12	Banco ABC	Venda	2.100	1,9324	3.826	3.870	(44)
Jul/12	Banco ABC	Venda	1.200	1,9439	2.172	2.205	(33)
			<b>10.300</b>		<b>18.695</b>	<b>19.072</b>	<b>(377)</b>
	Total operações venda		10.300				(377)
	Líquido das operações		<b>10.300</b>				<b>(377)</b>

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão apresentados abaixo:

Operações de proteção	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Receitas financeiras:				
Ganhos com operações de NDF	-	-	1.117	2.359
Despesas financeiras:				
Perdas com operações de NDF	-	-	(2.432)	(2.598)
	-	-	<b>(1.315)</b>	<b>(239)</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos exóticos e manterá sua política de proteção cambial, avaliando permanentemente e criteriosamente os riscos a que suas operações estão expostas.

**iii. *Análise de sensibilidade - instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira***

Os três cenários apresentados a seguir consideram as divulgações requeridas pela CVM através da Instrução nº 475 que determinou que, além de um cenário considerado provável pela Administração, fosse apresentado mais dois cenários com valorização de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas.

A Administração estima (com base nas cotações da BMF&BOVESPA) que a taxa média do dólar provável para o período, ou vencimento, seja de R\$ 1,9550 /US\$. O cenário adverso possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 2,4438 /US\$), enquanto que o cenário adverso remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 2,9325 /US\$). No cenário provável, a controlada reconheceria uma perda de R\$ 8, na data de vencimento dos contratos. Nos cenários possíveis e remoto de valorização do dólar em relação ao real, a controlada poderá incorrer em perdas de R\$ 1.798 e R\$ 3.596, respectivamente. Em contrapartida ao mesmo efeito de valorização do dólar aplicado sobre a exposição líquida consolidada da Companhia, antes dos efeitos dos instrumentos financeiros derivativos, geraria ganhos de R\$ 1.021 no cenário possível e R\$ 2.042 no cenário remoto.

Efeito acumulado na variação do valor justo e na exposição líquida a moeda estrangeira em dezembro/2012				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contrato NDF - Compromisso de venda de dólar	Valorização do dólar em relação ao real	(8)	(1.798)	(3.596)
Exposição líquida a moeda estrangeira	Valorização do dólar em relação ao real	-	1.021	2.042

A diferença entre os cenários de exposição cambial referem-se a créditos (em carteira) e obrigações futuras em moeda estrangeira, as quais estão protegidas por operações de “NDF”. Dessa forma, a Administração entende que, na ocorrência de qualquer dos cenários descritos acima, as eventuais perdas ou ganhos serão compensados em grande parte por perdas ou ganhos relativos às operações futuras da Companhia e sua controlada.

Para os empréstimos sujeitos a variação de cesta de moeda de BNDES, a Administração considerou a mesma variação percentual para os riscos acima, sendo que a variação sobre o valor patrimonial está apresentada abaixo:

Ítems	Taxa em	Consolidado	
		Aumento 25%	Aumento 50%
Exposição em UMBND	0,040086	(4.511)	(5.413)
Variação		(902)	(1.804)

**e. Risco de taxa de juros**

**Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor contábil	
	Dez/2012	Dez/2011
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>10.806</b>	<b>7.372</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.774	3.168
Aplicações financeiras retidas - não circulante	3.965	3.657
Depósitos judiciais	67	547
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>76.669</b>	<b>98.078</b>
Debêntures	76.669	98.078
<b>Consolidado</b>		
	Valor contábil	
	Dez/2012	Dez/2011
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>31.454</b>	<b>79.620</b>
Exim pré-embarque	-	53.269
Finep	18.476	18.451
Finimp	4.169	681
Finame	8.809	7.219
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>130.033</b>	<b>188.766</b>
Caixa e equivalentes de caixa	61.100	167.711
Aplicações financeiras retidas - circulante	9.605	9.308
Títulos e valores mobiliários - circulante	30.848	-
Aplicações financeiras retidas - não circulante	3.965	3.657
Títulos e valores mobiliários - não circulante	19.223	
Depósitos judiciais	2.797	2.980
Cientes	2.495	5.110
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>101.680</b>	<b>129.926</b>
Debêntures	76.669	98.078
Empréstimos e financiamentos	25.011	31.848

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos a atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa**

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de

contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

A Administração considera como cenário provável para empréstimos e financiamentos sujeitos a variação da TJLP a manutenção da mesma taxa apresentada em 31 de dezembro de 2012: 6% ao ano. Para os cenários requeridos possível e remoto foram considerados aumento de 25% e 50% da taxa indicada para a posição de 31 de dezembro de 2012.

	Controladora			
	Despesa anual sobre índice 31/12/2012	Taxa provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R\$ 76.669 (principal)	5,75%	5,75%	7,19%	8,63%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(4.408)	(4.408)	(5.513)	(6.617)
Variação		-	(1.104)	(2.208)

	Consolidado			
	Despesa anual sobre índice 31/12/2012	Taxa provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R\$ 98.071 (principal)	5,75%	5,75%	7,19%	8,63%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(5.639)	(5.639)	(7.051)	(8.464)
Variação		-	(1.412)	(2.824)

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa sujeitos a variação de taxa da CDI, a Administração considerou o cenário provável a taxa da CDI na data de 31 de dezembro de 2012 sobre o % de variação de CDI médio ponderado a partir das características das debêntures mantidas pela empresa (nota explicativa 9) de 100,1% na controladora e 101,38% no consolidado.

O cenário possível considera a desvalorização de 25% desta taxa e o provável considera desvalorização de 50%.

	Controladora			
	Receita anual sobre índice 31/12/2012	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 10.723	8,37%	8,37%	6,28%	4,19%
Projeção anual sobre ativo financeiro	898	898	673	449
Variação		-	(224)	(448)

	Consolidado			
	Receita anual sobre índice 31/12/2012	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativo financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 123.508	8,37%	8,37%	6,28%	4,19%
Projeção anual sobre ativo financeiro	10.338	10.338	7.756	5.175
Variação		-	(2.581)	(5.162)

**f. Valor justo**

Os valores justos dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

<b>Controladora</b>	<b>Valor contábil Dez/2012</b>	<b>Valor justo Dez/2012</b>	<b>Valor contábil Dez/2011</b>	<b>Valor justo Dez/2011</b>
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.774	6.774	3.168	3.168
Aplicações financeiras retidas - não circulante	3.965	3.965	3.657	3.657
<b>Total</b>	<b>10.739</b>	<b>10.739</b>	<b>6.825</b>	<b>6.825</b>
Passivos financeiros:				
Debêntures	(76.669)	(77.188)	(98.078)	(99.052)
<b>Total</b>	<b>(76.669)</b>	<b>(77.188)</b>	<b>(98.078)</b>	<b>(99.052)</b>
<b>Consolidado</b>	<b>Valor contábil Dez/2012</b>	<b>Valor justo Dez/2012</b>	<b>Valor contábil Dez/2011</b>	<b>Valor justo Dez/2011</b>
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	61.100	61.100	167.711	167.711
Aplicações financeiras retidas - circulante	9.605	9.605	9.308	9.308
Títulos e valores mobiliários - circulante	30.848	30.848	-	-
Aplicações financeiras retidas - não circulante	3.965	3.965	3.657	3.657
Títulos e valores mobiliários - não circulante	19.223	19.223	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	13	13
<b>Total</b>	<b>124.741</b>	<b>124.741</b>	<b>180.689</b>	<b>180.689</b>
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos	(57.084)	(57.084)	(112.088)	(112.088)
Debêntures	(76.669)	(77.188)	(98.078)	(99.052)
Instrumentos financeiros derivativos	(8)	(8)	(391)	(391)
<b>Total</b>	<b>(133.761)</b>	<b>(134.280)</b>	<b>(210.557)</b>	<b>(211.531)</b>

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado no valor das quotas do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Instrumentos financeiros derivativos: estes instrumentos são mensurados a valor justo, considerando os critérios mencionados anteriormente.

Empréstimos e financiamentos: estão substancialmente representados por empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Desta forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Debêntures - o saldo referente ao componente financeiro dos instrumentos financeiros composto - debêntures conversíveis - teve seu valor justo apurado através de desconto dos fluxos de caixa estimados para o contrato para a taxa futura de CDI na data de liquidação das parcelas do fluxo de caixa, obtida através de consulta em preços referenciais da BM&F - Bovespa na data base de apresentação. As taxas médias ponderadas que refletem as taxas utilizadas para apuração do valor justo foram:

	31/12/2012	31/12/2011
Debêntures conversíveis	11,13%	10,67%

**g. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Controladora 31/12/2012			Consolidado 31/12/2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.774	-	-	61.100	-
Aplicações financeiras retidas - circulante	-	-	-	-	9.605	-
Títulos e valores mobiliários - circulante	-	-	-	-	30.848	-
Aplicações financeiras - não circulante	-	3.965	-	-	3.965	-
Títulos e valores mobiliários - não circulante	-	-	-	-	19.223	-
<b>Total</b>	-	<b>10.739</b>	-	-	<b>124.741</b>	-
	Controladora 31/12/2012			Consolidado 31/12/2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Passivos financeiros:</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(8)	-
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	(57.084)	-
Debêntures	-	(76.669)	-	-	(76.669)	-
<b>Total</b>	-	<b>(76.669)</b>	-	-	<b>(133.761)</b>	-



## **28 Patrimônio líquido (Controladora)**

### **a. Capital social**

No primeiro trimestre do ano de 2012, ocorreram as conversões oriundas da Assembleia Geral Extraordinária da Kepler Weber realizada em segunda convocação em 25 de outubro de 2011, que aprovou a conversão da totalidade das ações preferenciais de classe “A” de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 ação ordinária para cada ação preferencial classe “A”; e a conversão, facultativa, das ações preferenciais de classe “B” em ações ordinárias, na proporção de 1 ação ordinária para cada ação preferencial de classe “B”, por opção dos seus respectivos titulares ou a antecipação do resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B”, caso algum de seus titulares não exercesse a faculdade de conversão mencionada acima, sendo que o preço do resgate foi calculado na forma do parágrafo 4º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia de 3.517 ações preferenciais de classe “B”.

Portanto, com base na aprovação referida acima, ocorreram conversões de 913.967 ações preferenciais de classe “A” e 533 ações preferenciais de classe “B” em ações ordinárias, além destas conversões ocorreu o resgate de 36.479 ações preferenciais classe “B”. Estas ações eram contabilmente consideradas como instrumentos financeiros passivos e para fins societários compunham o Capital Social da Companhia, desta forma, em 31 de março de 2012, foi realizada a reversão da provisão das Ações preferenciais de R\$ 12, tendo em vista as conversões e resgates realizados.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de maio de 2012, houve a homologação das conversões das ações preferenciais e a incorporação do valor do saldo da Reserva Especial no montante de R\$ 23.459, passando o Capital Social para R\$ 452.915.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de julho 2012 (“AGE”), foi aprovada a proposta da Administração de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das S.A., conforme os seguintes termos e condições:

O capital social que antes era representado por 1.309.235.008 (um bilhão, trezentas e nove milhões, duzentas e trinta e cinco mil e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia foram grupadas na proporção de 50 (cinquenta) para 1 (uma), com base na composição do capital social em 31 de maio de 2012. Assim, o capital social da Companhia passou a ser representado por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias, representativas do capital social da Companhia, sem que haja qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de setembro 2012 (“AGE”), foi aprovada a proposta da Administração de redução do capital social com a absorção dos montantes dos prejuízos acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras levantadas em 31.12.2011 e aprovadas pela AGOE de 23 de abril de 2012, no montante de R\$ 222.279. Assim, em decorrência da redução do capital social, o capital social passou de R\$ 452.915 para R\$ 230.636, representando por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Desta forma o capital social passou a ser representado por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 230.636 em 30 de dezembro de 2012 (R\$ 429.443 em 31 de dezembro de 2011).

**b. Reservas de lucros**

De acordo com o artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão feitas as deduções previstas em lei e a reserva para as incidências tributárias.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

**c. Reserva de incentivo fiscal reflexa**

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S/A, a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora no exercício de 2012 no valor de R\$ 6.324.

**d. Reserva de capital de incentivos fiscais**

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

**e. Reserva especial para resgate de ações**

A reserva especial de resgate das ações preferenciais de classe “B” foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 2007 e formada com recursos de R\$ 24 milhões originários da capitalização adotada, destacada da subscrição e integralização de ações preferenciais, no ambiente da reestruturação acionária, introduzida no Estatuto Social pelo acréscimo do parágrafo 5 do artigo 6 do Estatuto Social.

A reserva foi destacada do capital social e tinha por finalidade atender os compromissos estatutários vinculados às ações preferenciais de classe “B”. Adotada a conversão e resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B”, a reserva deixou de ter função e seu saldo, de R\$ 23.459.362,49, foi destinado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de maio de 2012, em segunda convocação. Nesta Assembleia os acionistas deliberaram que o valor integral do saldo retornasse à conta capital social, de onde originariamente foi destacado, recompondo a conta capital, que passou de R\$ 429.456 para R\$ 452.915.

**f. Reserva bônus subscrição debêntures**

Refere-se a reserva apresentada no patrimônio líquido da Companhia para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 21), líquido dos efeitos tributários.

A valorização inicial do componente patrimonial do instrumento financeiro composto não se altera. Entretanto, esta reserva apresenta movimentações em reflexo da diferença entre os montantes reconhecidos no capital social da Companhia por seu valor nominal considerando os valores atualizados das debêntures utilizadas na conversão para ações ordinárias por suas taxas contratuais (TJLP + 3,8% a.a.), e os montantes baixados do passivo financeiro da Companhia considerando a taxa de juros média efetiva calculada de acordo com o mencionado na nota explicativa 21.

**g. Reservas de reavaliação**

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

**h. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Kepler Weber calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 5.499, pagos em 13 de novembro de 2012, na razão de R\$ 0,21 para cada ação ordinária, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 1.309, aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

**Demonstração do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios**

	<b>Dez/2012</b>
Resultado do período	31.281
(-) Reserva legal	(1.564)
(+) Realização de reserva de reavaliação	89
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial	2.722
(-) Reserva de incentivo fiscal reflexa	(6.324)
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	<b>26.204</b>
Dividendo mínimo obrigatório	6.551
(-) Juros sobre o capital próprio	(5.499)
(+) Imposto de renda retido na fonte	516
Dividendos mínimos complementares	<b>1.568</b>

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório, líquido do imposto de renda retido na fonte, declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2012 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos excesso a esse mínimo como reserva de resultados a distribuir.

De acordo com a política de distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2012, foi proposto a destinação de 50% dos lucros disponíveis após as devidas destinações como Dividendo adicional proposto no valor de R\$ 6.293, estando este a disposição da Assembleia Geral Ordinária como reserva de lucros.

**i. Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens re-mensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

## 29 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Receita bruta fiscal	2.689	-	494.804	494.370
Impostos sobre vendas	-	-	(65.744)	(66.858)
Devoluções e abatimentos	-	-	(1.916)	(1.958)
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	-	-	(3.018)	-
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	-	-	315	(3.428)
<b>Total de receita</b>	<b>2.689</b>	<b>-</b>	<b>424.441</b>	<b>422.126</b>

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Venda de produtos	2.689	-	409.381	403.734
Prestações de serviços	-	-	15.060	18.392
<b>Total receita</b>	<b>2.689</b>	<b>-</b>	<b>424.441</b>	<b>422.126</b>

## 30 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Aluguel de propriedades para investimento	5.885	5.654	225	265
Royalties e ressarcimento de despesas corporativas	10.376	10.833	-	-
Subvenções governamentais	-	-	6.324	5.290
Ganho na venda de ativo imobilizado	405	-	3.639	337
Reversão de provisões	-	233	710	5.566
Recuperação de despesas diversas	-	13	2.049	413
Recuperação de tributos	16	243	306	3.942
Outros	2	2	131	1.045
	<b>16.684</b>	<b>16.978</b>	<b>13.384</b>	<b>16.858</b>

## 31 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	(69)	(1.919)	(360)
Provisões para contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	(808)	(28)	(2.054)	(2.350)
Ociosidade do imobilizado	-	-	(213)	(675)
Perda na venda de ativo imobilizado	(355)	-	(2.264)	-
Condenações diversas	(239)	(63)	(1.476)	(1.174)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	(55)	-	(539)	(3.172)
Remuneração variável	-	(1.030)	-	(1.030)
Outras	(1.897)	(246)	(3.051)	(2.813)
	<b>(3.354)</b>	<b>(1.436)</b>	<b>(11.516)</b>	<b>(11.574)</b>

## 32 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Depreciação e amortização	1.971	2.100	14.769	13.328
Despesas com pessoal	2.993	3.335	71.110	68.859
Matéria-prima / produtos adquiridos	1.180	-	202.103	213.533
Despesas com benefícios empregados	69	93	7.488	6.946
Comissões sobre vendas	163	159	11.208	10.861
Garantias	-	-	1.715	1.846
Frete sobre vendas	173	-	17.308	16.634
Serviços de montagem	-	-	12.989	14.531
Serviços de terceiros	1.509	961	10.294	9.798
Comerciais e viagens	250	254	5.517	6.447
Locação	204	185	4.588	3.690
Manutenção de máquinas e equipamentos	91	9	5.606	4.523
Encargos e outros	1.001	867	19.484	17.351
<b>Total</b>	<b>9.604</b>	<b>7.963</b>	<b>384.179</b>	<b>388.347</b>
Despesas de vendas	118	226	26.616	22.261
Despesas administrativas	8.133	7.737	29.161	29.670
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	1.353	-	328.402	336.416
<b>Total</b>	<b>9.604</b>	<b>7.963</b>	<b>384.179</b>	<b>388.347</b>

### 33 Resultado financeiro

O resultado das despesas e receitas financeiras foi obtido da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
<b>Receitas Financeiras</b>				
Varição cambial/monetária ativa	98	414	5.155	6.926
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.117	2.359
Receitas com aplicações financeiras	565	502	11.632	13.473
Outras receitas financeiras	11	17	878	552
	<b>674</b>	<b>933</b>	<b>18.782</b>	<b>23.310</b>
	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	(8.988)	(10.971)	(17.356)	(17.568)
Juros de mora e IOF contratuais	(47)	(138)	(135)	(214)
Varição cambial/monetária passiva	(433)	(1.179)	(4.936)	(8.965)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.432)	(2.598)
Ajuste a valor presente	-	-	204	245
Despesas com fiança bancária	(701)	(867)	(701)	(867)
Outras despesas financeiras	(144)	(2.018)	(1.256)	(3.213)
	<b>(10.313)</b>	<b>(15.173)</b>	<b>(26.612)</b>	<b>(33.180)</b>

### 34 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2012	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2011
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	30.889	27.383	34.300	29.193
Resultado da equivalência patrimonial	(34.113)	(34.044)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	6.060	5.940	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	(5.499)	-	(5.499)	-
Incentivo fiscal - subvenções governamentais	-	-	(6.324)	(5.290)
Outras adições permanentes	981	26	1.992	278
Base de cálculo	(1.682)	(695)	24.469	24.181
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	572	236	(8.319)	(8.222)
Varição de diferenças temporárias não reconhecidas	621	195	(586)	2.448
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.193)	-	(1.193)	-
Reconhecimento adicional de impostos diferidos ativos	-	-	5.690	5.000
Reversão IR diferido custo atribuído	628	-	2.181	-
Outros	(236)	440	(792)	(165)
Imposto de renda e contribuição social	392	871	(3.019)	(939)
Alíquota fiscal efetiva	1%	3%	-9%	-3%
Corrente	(428)	-	(6.371)	(4.395)
Diferido	820	871	3.352	3.456

## 35 Lucro Líquido por ação

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2011</b>
<b><u>Básico:</u></b>		
Resultado líquido	31.281	28.254
Média período ações ordinárias	26.181.652	26.165.515
Média período ações preferenciais A	3.047	19.174
Resultado por ação ordinária básico - R\$	1,1948	1,0800
Resultado por ação ordinária básico total R\$	1,1948	1,0800
Resultado por ação preferencial A básico total R\$	-	1,1850
<b><u>Diluído:</u></b>		
Resultado líquido	31.281	28.254
Despesa financeira por valorização debêntures conversíveis	8.218	10.158
Efeito IR (34%) sobre juros	(2.794)	(3.454)
Resultado líquido operações ajustado	36.705	34.958
Média período ações ordinárias + preferenciais A e B	26.184.822	26.185.456
Média de ações para conversão	3.726.328	4.991.595
Total de base de ações para lucro por ação diluído	29.911.150	31.177.051
Resultado por ação diluído - R\$	1,2271	1,1200
Resultado por ação diluído - total - R\$	1,2271	1,1200

O lucro líquido por ação foi calculado considerando o grupamento de 50 (cinquenta) por 01 (um) ocorrido neste exercício e mencionado nas práticas contábeis. Para o período comparativo de 31 de dezembro de 2011, o resultado por ação foi multiplicado por 50 (cinquenta), demonstrando o mesmo efeito.

## 36 Subvenções governamentais

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, ocorrida em 2004, firmou termo de acordo com o Estado sob o nº. 0028/02, aditivado em 27 de agosto de 2009. Desta forma, foi concedida à controlada, a título de benefício fiscal, redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado, conforme disposto pela Lei Complementar nº. 93, de 5 de novembro de 2001, produzindo efeitos até setembro de 2018. Os benefícios gerados em exercícios anteriores a 2007 decorrentes do incentivo fiscal foram contabilizados na controlada a débito do ICMS a recolher em contrapartida à conta de outras receitas. O benefício reconhecido até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 6.324 (R\$ 5.290 em 31 de dezembro de 2011).

## 37 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

<b>Consolidado</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor</b>
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros - veículos	abr/13	880
Responsabilidade civil de diretores e administradores	jul/13	15.000
		<b>15.880</b>
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	jan/13	4.812
	fev/13	186
	mar/13	110
	abr/13	316
	jun/13	8.174
	ago/13	137.555
	dez/12	1.538
		<b>152.691</b>
<b>Total Segurado</b>		<b>168.571</b>

\*       \*       \*



## **Conselho de Administração**

Presidente do Conselho de Administração  
**José Carlos Alves da Conceição**

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
**Luís Carlos Guedes Pinto**

Membros

**Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
**Antonio Aguiar Filho**  
**Francisco Ferreira Alexandre**  
**Guilherme Augusto Cirne de Toledo**  
**Maria Gustavo Brochado Heller Britto**

## **Conselho Fiscal**

Membros

**Manoel Rodrigues Lima Neto**  
**Marcus Moreira de Almeida**  
**Paulo Roberto Franceschi**

## **Diretoria**

Diretor Presidente  
**Anastácio Ubaldino Fernandes Filho**

Diretor Vice-Presidente  
**Olivier Michel Colas**

## **Contadores**

Gerente de Controladoria  
**André Luís Paz Acosta**  
CRC-RS 042938/O-0

Contadora  
**Cristiane Beatriz Back Bender**  
CRC-RS 072285/O-2